



MPV 950
00070

CÂMARA DOS DEPUTADOS

Gabinete do Deputado Federal KIM KATAGUIRI

EMENDA MODIFICATIVA À MEDIDA PROVISÓRIA Nº 950, DE 2020

Dispõe sobre medidas temporárias emergenciais destinadas ao setor elétrico para enfrentamento do estado de calamidade pública reconhecido pelo Decreto Legislativo nº 6, de 20 de março de 2020, e da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente da pandemia de coronavírus (**covid-19**)

EMENDA MODIFICATIVA Nº

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º. O inciso XV do art. 13 da Lei 10.438, de 2002, incluído pelo art. 3º da Medida Provisória nº 950, de 08 de abril de 2020, passa a ter a seguinte redação:

Art. 3º A Lei nº 10.438, de 26 de abril de 2002, passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Art.13.

XV - prover recursos e permitir a amortização de operações financeiras para atender às distribuidoras de energia elétrica e vinculadas a medidas de enfrentamento de impactos acolhidos pelo Decreto Legislativo nº 6, de 20 de março de 2020 que reconheceu o Estado de Calamidade Pública. .

Art. 2º. A presente Lei passa a vigor na data de sua publicação.



CD/20053.77882-99



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Gabinete do Deputado Federal KIM KATAGUIRI

KIM KATAGUIRI

Dep. Federal (DEM-SP)

JUSTIFICAÇÃO

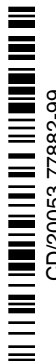
A crise associada à pandemia do coronavírus atingirá toda a economia brasileira e é necessário preservar ao menos os setores essenciais de infraestrutura e serviços públicos, tanto no curto prazo para garantir condições mínimas às famílias e empresas quanto para possibilitar a recuperação da economia no menor prazo possível.

Para o setor elétrico já se observa uma queda de demanda de energia que se aproxima de 20%, mas que deverá ser muito maior. E, com a grave crise econômica e a restrição de movimento das pessoas, até para poder honrar seus pagamentos, se espera um gigantesco aumento da inadimplência setorial.

Com isso as distribuidoras de energia perdem a capacidade de honrar os compromissos de todos os demais elos do setor, e se estabelece uma ameaça real de ruptura e perda de sustentabilidade que vai se estender muito além do setor elétrico, atingindo os financiadores dos empreendimentos e trazendo irreparável dano ao ambiente de investimentos.

Assim a MP 950 traz dispositivos que de um lado acolhem os consumidores pequenos e ao mesmo tempo reduzem os riscos de inadimplência para as distribuidoras e para todo o setor. E de outro criam as bases para um financiamento que permitirá que o setor atravesse os piores meses da crise.

Apesar de reconhecer o mérito das medidas emergenciais que levaram à edição da MP é importante limitar seu alcance aos impactos da pandemia atual que a justificou, evitando que se torne um cheque em branco a ser acionado a cada vez que o Governo entenda haver alguma excepcionalidade que justifique nova intervenção sobre o setor.



CD/20053.77882-99



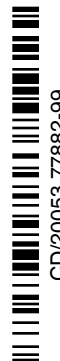
CÂMARA DOS DEPUTADOS

Gabinete do Deputado Federal KIM KATAGUIRI

Este aperfeiçoamento na proposta é necessário para garantir que a CDE, o maior encargo tarifário do setor, custando mais R\$ 20 bilhões ao ano, sobre os quais os brasileiros pagam mais quase 10 em impostos, não seja utilizada futuramente de forma oportunista onerando ainda mais a fatura de energia de toda sociedade brasileira.

KIM KATAGUIRI

Dep. Federal (DEM-SP)



CD/20053.77882-99